

Quinta-feira, 6 de Abril de 2006 - Estrasburgo

Eficácia da ajuda e corrupção nos países em desenvolvimento (debate)

Ana Maria Gomes, em nome do Grupo PSE . - Senhor Presidente, antes de mais, queria saudar o meu colega Max van den Berg pelo excelente, oportuno e importante relatório que elaborou. A União Europeia e os seus membros contribuem com mais de metade da ajuda pública ao desenvolvimento, globalmente. Na sequência das decisões tomadas no Conselho Europeu da Primavera de 2005 e na Cimeira do G8 de Gleneagles, a ajuda internacional deve aumentar substancialmente nos próximos dez anos.

Neste contexto, e para atingirmos realmente os objectivos do Milénio, é necessário introduzir mecanismos apropriados de transparência para assegurar que a ajuda ao desenvolvimento chegue efectivamente aos destinatários no terreno. Como o relatório Max van den Berg sublinha, a gestão correcta da ajuda ao desenvolvimento é essencial para a boa governação dos países receptores. Lembro o exemplo da Etiópia, um país ACP, o maior destinatário da ajuda externa, onde ela representa quase 25% do orçamento público e onde, no entanto, se verificam sérias perversões do Estado de direito, da democracia e dos direitos humanos.

De acordo com o Acordo de Cotonu revisto, casos sérios de corrupção podem resultar em consultas políticas nos termos dos artigos 96º e 97º. A União Europeia não devia inibir-se de usar esta ferramenta. Claro que, a médio e longo prazo, o estímulo de uma sociedade civil, dinâmica, com uma imprensa livre e equilibrada é fundamental. Só assim os cidadãos e as cidadãs dos países em desenvolvimento terão a possibilidade de expor e de se libertar de governos corruptos. Mais concretamente, a União Europeia deve exercer pressão sobre os parlamentos e governos dos países em desenvolvimento para que aumentem o controlo parlamentar dos gastos militares.

Orçamentos-sombra e paralelos representam uma forma de corrupção que afecta directamente a segurança interna, regional e até global. A falta de transparência neste domínio é um exemplo claro da ligação entre corrupção, Estados em falência e segurança. Por outras palavras, quando falamos de corrupção, também falamos de guerra e paz e, neste quadro, o problema não está só nos países em desenvolvimento, já que os nossos governos na União Europeia e no Ocidente em geral têm a sua quota-parte de responsabilidade. Os países do G8, por exemplo, são responsáveis por mais de 80% das exportações mundiais de armas.

Quinta-feira, 6 de Abril de 2006 - Estrasburgo

São positivos os esforços envidados pelos Estados-Membros da União Europeia para garantir a compatibilidade das exportações de armas da União com a capacidade técnica e económica dos países importadores no contexto do código de conduta para a exportação de armas da União Europeia. Mas é fundamental garantir que o dinheiro para o desenvolvimento não seja desviado para armas. Infelizmente, continuamos à espera de relatórios detalhados dos Estados-Membros sobre a implementação das regras deste código.

Nesta área de actividade opaca, em que negócios de armas, corrupção e violência se cruzam, a Europa tem a responsabilidade de garantir que armas vendidas pelas nossas empresas e pelos nossos governos cheguem aos seus destinatários legais e só a estes, e que não caiam nas mãos de criminosos, de milícias e de governos repressivos. A implementação parcial por parte dos Estados-Membros, incluindo o meu próprio país, da posição comum do Conselho Europeu de 2003 sobre a intermediação de armas significa que continuam a existir na Europa vazios legais nesta área e, enquanto não formos mais rigorosos com a introdução de armas para o interior das nossas próprias fronteiras, será difícil combater a corrupção neste domínio nos países em desenvolvimento.